



## **Por uma Teresina Popular Projeto Político de Esquerda para Teresina**

O presente documento tem como objetivo, portanto, apresentar um programa popular para Teresina, que abre a possibilidade para que a classe trabalhadora de nosso município tenha mais acesso às riquezas aqui produzidas e participe efetivamente da construção política desta que é a mais importante cidade do nosso estado. Todas as propostas aqui apresentadas foram elaboradas e escritas por comissões formadas pelos próprios filiados da Unidade Popular, sob coordenação do diretório estadual e municipal do Partido, e posteriormente votadas e aprovadas pelo conjunto da militância, de forma democrática e com ampla discussão. Movidos por amor à Teresina e acreditando no potencial de sua classe trabalhadora tornamos público este conjunto de propostas que constituem uma agenda mínima de esquerda para nossa cidade.

A Unidade Popular Pelo Socialismo – UP – honrando a tradição da história mundial dos socialistas, defende uma gestão democrática na condução das políticas públicas e na tomada de decisões municipais.

A começar pelo orçamento global de Teresina, que deve ser construído de forma democrática e efetivamente popular, submetendo ao crivo de conselhos e assembleias populares e técnicas – assegurada a ampla participação de todos os segmentos da sociedade – as definições de para onde vão aos recursos oriundos dos impostos e taxas pagos pela população. Desde a manutenção da máquina pública, passando pelas despesas com seu quadro de pessoal, pagamento da dívida pública até a definição das prioridades das obras a serem construídas, elencando aquelas que sejam mais demandadas pela população da periferia, tudo isso será objeto de consulta popular.

A UP entende que o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO que vigora em Teresina é uma farsa. Como chamar de POPULAR um orçamento que destina menos de 1% do seu valor total para as comunidades se digladiarem entre si e disputarem as migalhas que lhes concedem? O Orçamento do poder popular, como legalmente previsto no ESTATUTO DA CIDADE (LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001), será enviado à Câmara Municipal de Teresina após amplos debates com a representação popular de Teresina, representadas pelas suas entidades gerais das comunidades, das/os trabalhadoras/es, dos ambulantes, dos estudantes, das mulheres, etc.

Os Conselhos Municipais, como o de transporte, saúde, educação, etc ,serão elevados à condição de conselhos deliberativos e não meros conselhos consultivos, para homologar as decisões do prefeito e dos secretários.

Por fim, a Unidade Popular, à frente da prefeitura de Teresina, utilizará, sempre que necessário, os mecanismos de democracia direta, previstos na Constituição Federal, como plebiscito e referendo, para que o povo possa opinar e decidir os destinos da sua cidade.

### **Direito Pleno à Cidade**

Precisamos discutir o direito à cidade. Historicamente os centros são as áreas mais nobres. Todas as ruas são asfaltadas, as residências possuem cobertura de esgoto sanitário, os ônibus circulam para todos os bairros e os melhores equipamentos urbanos ficam no seu entorno: escolas públicas, repartições, complexo de saúde, museus, etc.

Todavia, consoante a lógica perversa que permeia as metrópoles do mundo capitalista, o centro de Teresina está se deteriorando a olhos nus e o seu valor é medido, não pela capacidade de gerar qualidade de vida ao seu povo, e sim pelo que o valor do metro quadrado pode abastecer a sede de lucro da especulação imobiliária.

Há mais de 2 mil imóveis vazios no centro da capital do Piauí, muitos deles pertencentes ao poder público. As placas de vende-se e alugam-se misturam-se em meio à população em condição de rua, que cresceu mais de 300% após a pandemia. Mais de 35 mil famílias vivem sem teto aqui. São pessoas que moram de favor, de aluguel, em barracos insalubres ou no meio da rua. É urgente e fácil resolver parte desta equação: basta colocar as pessoas sem casa dentro das casas vazias, antes que essas se transformem em novos estacionamentos de carro, para abrigar máquinas e não gente.

As ferramentas legais para desapropriar esses imóveis já existem. O ESTATUTO DA CIDADE permite a aplicação do IPTU progressivo e, caso o imóvel permaneça sem cumprir a sua função social, promover a sua desapropriação para oferecer moradia aos sem teto.

A revitalização do centro de Teresina passa, antes e acima de tudo, pela revitalização da moradia. Somente trazendo de volta as famílias que foram expulsas para as periferias mais distantes, pode-se falar em revitalização cultural, esportiva e de lazer. Paralela a essa questão, a UP apresenta ainda algumas medidas para revitalizar o centro de Teresina, tornando-o um espaço aprazível e digno para se morar e viver:

- Tornar todo o centro comercial acessível apenas a pedestres, ciclistas, motociclistas e transportes coletivos, proibindo a circulação de automóveis individuais, mediante implantação de calçadas, sinalização, fiscalização e multas;
- Dinamizar o complexo cultural da praça Pedro II (Clube dos Diários, Teatro 4 de Setembro e Cine Rex) com uma agenda multicultural permanente;
- Reinstaurar o programa ENQUANTO O ÔNIBUS NÃO VEM, com apresentação de artistas locais nos terminais de ônibus do centro, durante o horário de pico;
- Realizar estudos e promover intervenções ambientais, salubres e arquitetônicas nos leitos dos rios Parnaíba e Poti, para permitir a volta da saudável prática do banho, do esporte e do lazer, como ocorria até meados dos anos 70;
- Restaurar o complexo esportivo onde se situa o ESTÁDIO MUNICIPAL LINDOLFO MONTEIRO/GINÁSIO ESPORTIVO DIRCEU ARCOVERDE para dinamizar a prática de esporte, notadamente entre a juventude;
- Estabelecer parceria com o departamento de história da UFPI e da UESPI para realizar levantamento sobre os nomes dos logradouros e equipamentos públicos, a fim de promover a sua ressignificação histórica, cultural e política;
- Realizar tours com guias para contar a história da cidade e de seu centro histórico;

### **Revolucionar a Educação Pública**

Teresina possui 321 escolas municipais e mais de 23 mil crianças e adolescentes matriculados. Esse é um dos maiores patrimônios do município e merece um cuidado todo especial. O cuidado deve começar tratando bem a quem toma conta desse patrimônio, ou seja, os/as profissionais da educação.

Em média, um/a professor/a da rede do município recebe pouco mais de 3 mil reais de vencimento, por uma jornada de 40 horas semanais. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos – DIEESE – o valor do salário mínimo em 2024 deveria ser R\$ 6.912,00 para que um trabalhador pudesse arcar com as despesas de alimentação, moradia, transporte, saúde, vestimenta, educação, água e energia. Quase sempre aqueles que se arvoram em modificar essa realidade nunca estudaram em uma escola pública e não têm nenhum filho matriculado em uma delas.

A revolução que a Unidade Popular pretende fazer na educação, principia exatamente por aí. Vamos realizar uma consulta plebiscitária sobre a obrigatoriedade de os detentores de mandato eletivo e os que exercem cargos em comissão matriculem seus filhos em uma escola pública, seja municipal, estadual ou federal. Quem tem mandato eletivo, terá necessariamente seus filhos matriculados em escola pública! Simples assim.

Concomitantemente, vamos enviar projeto à Câmara Municipal, reduzindo e equiparando os salários do prefeito, vice-prefeito e demais gestores ao teto salarial das professoras. Essas medidas visam não somente impactar moralmente a administração e o serviço público, mas sobretudo comprometer os gestores com a

vida escolar do município. Só quem sente o tamanho da dor, sabe a necessidade de curá-la!

A UP defende que o caminho da escola em tempo integral, onde o aluno permanece dois turnos na escola, é condição necessária para melhorar a qualidade de ensino. Até mesmo para combater a criminalidade, pois o tráfico disputa com o Estado as alternativas de futuro da juventude pobre da periferia. A rua, no mais das vezes, é um caminho sem volta. Uma boa escola também o será.

A lógica de quanto mais tempo ficar na escola, maior a capacidade de aprendizado da criança, é necessária, todavia é insuficiente. A escola em tempo integral só surte os seus efeitos se houver investimentos em laboratórios, banheiros, alimentação, assistência médico/odontológica, internet, tecnologia, atividades culturais e esportivas. Brincar de aprender e aprender brincando, é a pedagogia da boa aprendizagem... a partir da realidade de cada um, como nos ensinou Paulo Freire.

Em resumo, escola não é quartel, como querem os defensores da escola cívico-militar. Pelo contrário! Ela precisa se constituir como um ambiente agradável, atrativo, onde proliferam feiras de ciência, torneios esportivos, peças teatrais, bandas de música, participação, divergência, questionamentos...vida.

Conheça as propostas da UP:

- Aquisição de banda de música para todas as escolas de quinta a oitava série;
- Incrementar o ensino de aulas de violão nas escolas de quinta a oitava série;
- Integração da escola com os aparelhos do município: Os grupos escolares de teatro, música, etc. devem apresentar, todos os anos, um trabalho em eventos que deverão ser organizados pela Secretaria de Educação em trabalho conjunto com a Secretaria de Cultura de acordo com a estratégia 2.8 da Meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Estimular a construção de grêmios estudantis livres;
- Construir/reformar laboratórios em todas as escolas em tempo integral;
- **NENHUMA SALA DE AULA SEM AR CONDICIONADO;**
- Escolarizar a merenda escolar, para que os produtos sejam adquiridos no comércio do próprio bairro, barateando custos e evitando a interferência dos grandes atacadistas;
- Pagar integralmente o piso salarial das/os professoras/es;
- Dinamizar e criar, onde ainda não exista, conselhos escolares, de forma que hajam reuniões mensais entre a direção e a comunidade para refletir e debater as ações e pedagogia escolares;
- Instituir na grade curricular a disciplina de educação sexual;
- Programa de incentivo a educação afro-brasileira nas escolas, em que serão distribuídos materiais paradidáticos produzidos por artistas locais voltados à valorização da cultura afrodescendente e História da África;

- Educação para a diversidade: Formação para que professores saibam lidar com as características específicas da formação da identidade de cada estudante, como elementos étnicos, de gênero e orientação sexual;
- Parcerias com o Conselho Municipal de políticas para a população LGBT para elaboração de estratégias de combate à LGBTfobia nas escolas de ensino fundamental e médio nos limites de nosso município;
- Construir, em médio prazo, um programa de assistência psicológica para professores e alunos consistente, com profissionais concursados e lotados nas instituições escolares;
- Desenvolver uma vigorosa campanha de erradicação do analfabetismo em Teresina, que possui a segunda maior taxa (7,12%) entre as capitais do Brasil;
- Retirar as empresas terceirizadas da administração das escolas e do planejamento da formação continuada dos professores;
- Eleição para diretores escolares, podendo se candidatar qualquer professor efetivo e funcionário estável;
- O diretor escolar poderá ser removido do cargo por crime administrativo ou por abaixo assinado do corpo escolar;
- O prefeito, em caso de retirada do diretor do cargo, deverá justificar, no ato publicado em diário oficial, a justificativa da ação;

### **Municipalizar o Transporte Coletivo, Reduzir o Valor da Tarifa e Assegurar Passe Livre para Estudante e Desempregado**

O Transporte público é um direito social. Está na constituição federal. Por que é um direito que assegura outros direitos. Sem ele, a maioria da população não consegue garantir o seu direito de ir e vir, de estudar e de trabalhar, acessar ao esporte e lazer, etc.

Entretanto, o transporte coletivo de Teresina e da maioria das grandes cidades não tem nada de público. Ele é totalmente privatizado, através de concessão do poder público para os grandes empresários.

Um trabalhador que necessite pegar dois ônibus por dia em Teresina – uma grande parcela deles – consumirá até 12,5% do salário mínimo só com transporte, quando a CLT prevê um comprometimento de apenas 6%. Considerando que mais de 50% dos trabalhadores estão na informalidade – ou seja, recebem menos que um salário mínimo – e cerca de 10% da mão de obra está desempregada, o direito de ir e vir em Teresina está seriamente comprometido.

Isso ocorre porque o poder público, representado pela STRANS, é omissivo frente aos donos das empresas de ônibus. São os empresários que determinam desde o valor da tarifa à quantidade da frota em horário de pico e entrepico, além de pagarem salários aviltantes a motoristas e cobradores. Pior: além de omitir-se na

missão de fiscalizar, a prefeitura vem derramando rios de dinheiro para cobrir supostos prejuízos das empresas, algo que nunca foi comprovado, porque falta transparência nas contas do transporte coletivo em Teresina.

A UP apresenta como carro chefe da sua proposta para transporte coletivo a MUNICIPALIZAÇÃO E O MONOPÓLIO DO SISTEMA pela prefeitura de Teresina. Se as companhias de metrô são estatais, porque as de ônibus não deverão de ser? A partir daí, será possível dar transparência ao sistema, abrir as planilhas de custos, definir tarifas populares e conceder passe livre não só aos idosos e pessoas com deficiência, mas também a estudantes e desempregados.

Falar em conceder TARIFA ZERO sem atacar a problemática da privatização do sistema, como estão prometendo alguns candidatos, é um engodo. Tarifa zero nessas condições será aumentar o repasse de dinheiro público para assegurar ainda mais o lucro aos empresários do transporte, que serão remunerados em qualquer situação, seja o ônibus lotado de passageiros ou andando com 100% de sua capacidade ociosa.

Democratizar o conselho de transporte, com paridade de representação entre, usuários, operadores e poder público e torná-lo uma instância de fato com poder decisório para planejar o transporte público, desde as condições da frota até o valor da tarifa, é compromisso da gestão de poder popular da UP.

Por fim, há que se pensar e buscar alternativas para a ampliação do metrô de Teresina. Uma interligação das regiões norte e sul, margeando o rio Parnaíba, é um debate a ser feito urgentemente em nossa capital.

### **Acabar com a Farra das Empreiteiras e Realizar Contratações Diretas para Combater o Desemprego, a Fome e o Déficit Habitacional**

O Piauí tem o segundo maior percentual do país de famílias em insegurança alimentar grave, segundo estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan). Aonde, 34,3% das famílias entrevistadas no Piauí tiveram dificuldade para comprar alimentos e tiveram que reduzir a quantidade de algum item.

Não é verdade que a prefeitura nada pode fazer a respeito, por se tratar de uma realidade nacional, de responsabilidade exclusiva do governo federal. Ao contrário do que alguns afirmam, o prefeito de uma cidade não é uma mera figura decorativa diante dos graves problemas sociais e que serve apenas para administrar o caos. O prefeito é sobretudo um ente político, que além de administrar, deve mobilizar os municípios para esclarecer e solucionar os problemas.

Diversas ações podem e devem ser feitas para enfrentar e minimizar o desemprego, causa principal do nosso povo passar fome ou se alimentar de forma escassa.

Teresina tem mais de 10% de trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Construir restaurantes populares é necessário e a UP propõe construí-lo em cada uma das grandes regiões da cidade. Mas isso é insuficiente.

Contratar diretamente a mão de obra da população pobre e desempregada na execução de obras públicas não só barateia os custos, como gera emprego a quem precisa. A nossa proposta é realizar de imediato MUTIRÕES PELA MORADIA.

Acabar com a farra das empreiteiras na intermediação das obras é compromisso inarredável da Unidade Popular. As empreiteiras encarecem em pelo menos 40% o valor das obras – seja moradia, calçamento, asfalto ou saneamento – para garantir o seu lucro e para financiar a campanha de prefeitos e de vereadores.

Além de gerar emprego, os mutirões pela moradia irão reduzir o déficit habitacional, que atinge 35 mil famílias teresinenses e conseqüentemente diminuir a insegurança alimentar da população de baixa renda.

Para enfrentar a falta de saneamento básico, que cobre apenas 50% dos domicílios da capital e afeta a saúde das famílias, notadamente das crianças, também será dispensada a intervenção das empreiteiras e realizada contratação direta com a população.

Com a Unidade Popular no poder será zero a chance de lucro dos atravessadores. O dinheiro público será 100% carregado para satisfazer as necessidades do povo de Teresina.

### **Ousar, Valorizar a Cultura Popular**

As propostas para o eixo de culturas da unidade popular da cidade de Teresina foca em inclusão social, democratização do acesso à cultura, valorização da identidade local e fortalecimento das políticas públicas culturais. Propomos:

- Criação de centros culturais em bairros periféricos com atividades gratuitas, como oficinas de arte, música, teatro, dança e literatura;
- Implementar projetos de cultura itinerante que levem cinema, teatro, música e exposições de arte às localidades mais afastadas, democratizando o acesso cultural a todos os Teresinenses;
- Investir na preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural de Teresina, incluindo a restauração de edifícios históricos e a criação de roteiros turísticos culturais, que busquem a manutenção e preservação da história da cidade;
- Integrar a cultura ao currículo escolar, oferecendo oficinas de arte, visitas a museus, teatros, cines debates e etc;

- Desenvolver programas culturais específicos para comunidades quilombolas, indígenas, LGBT, pessoas com deficiência, garantindo a inclusão e valorização de suas culturas;
- Adaptar todos os espaços culturais para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência, incluindo rampas, sinalização em braille e intérpretes de Libras;
- Entendendo o cine rex como um patrimônio histórico e cultural da cidade de Teresina, executar restauração e posteriormente transformá-lo num museu cultural da cidade;

### **Para Superar a Crise na Saúde de Teresina, Prevenir Doenças e Fortalecer o SUS**

Durante a gestão do Prefeito Dr. Pessoa (PRD), intensificou-se os já graves problemas na saúde da capital enfrentada cotidianamente pelo nosso povo (Usuários e Trabalhadores da saúde). Graves problemas de infraestrutura, falta de medicamentos e insumos nos hospitais, superlotação, uso irregular dos recursos, falta de pagamentos de equipamentos e até cortaram o serviço de abastecimento de energia elétrica do prédio da Fundação Municipal de Saúde.

Diante desse cenário desastroso é imperativo a vigilância e fiscalização das políticas públicas de saúde, em especial aquelas que afetam a população mais vulnerável. Vivenciar o trabalho em saúde é observar as diferentes demandas em saúde da população, promovendo um equilíbrio entre os serviços e as necessidades prioritárias dos usuários do Sistema Único de Saúde.

É necessário que se faça uma ampla reformulação e revisão das prioridades com os gastos municipais em saúde, tornando-os mais efetivos, de maneira que possam garantir uma mais ampla assistência em saúde para a população. Entendemos também que a construção, defesa, consolidação e efetivação do SUS se faz com forte participação popular. Propomos a ampliação da participação e do gerenciamento da comunidade nas políticas públicas municipais de saúde através do Conselho Municipal de Saúde, de forma deliberativa e com diálogo permanente com lideranças comunitárias, associações de bairro e moradores.

A segunda maior causa de morte de crianças até 5 anos em países do terceiro mundo é disenteria e verminose. Isso se deve à falta de saneamento básico nos domicílios dessas cidades. Mais de 50% das casas de Teresina não possuem esgotamento sanitário.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS – cada real investido em saneamento básico, implica em uma economia de 9 reais em hospitais, médicos, enfermeiros, postos de saúde e medicamentos.



Prevenir doenças, portanto, é mais estratégico e mais econômico do que tratá-la. Por isso dá imensa importância à atenção básica. Essa é a visão da UP acerca da política de saúde para a nossa cidade. Investir no saneamento básico, na educação e informação à população, fortalecer o Programa Saúde na Família, garantir assistência médico-odontológica nas escolas, vacinação permanente, etc.

As Unidades Básicas de Saúde também precisam ser fortalecidas, com medicação e profissionais bem remunerados e melhor infraestrutura.

Por fim, Teresina se consolida como um polo de saúde em toda região meio-norte do país. Aqui aportam não só pacientes da cidade, mas também do interior do estado, do Maranhão, Pará e Amazonas, sem que haja o devido aporte de recursos do SUS, o que torna insustentável a manutenção da rede pública de saúde. Essa questão precisa ser discutida no âmbito federal, na mesma lógica do FUNDEB (Fundo para a Educação Básica), onde os recursos disponibilizados pelo MEC acompanham o número de alunos matriculados na rede pública.

Na gestão da UP, a saúde jamais será tratada como mercadoria. Saúde é vida, é direito, é uma conquista permanente que deve ser assumida como obrigação do Estado.

### **Resgate da Memória Política de Teresina**

A memória política de Teresina vai merecer uma atenção especial por parte da Unidade Popular Pelo Socialismo. O Piauí e seu povo resistiram bravamente ao arbítrio e à opressão das classes dominantes, desde o tempo do Brasil colonial.

A exemplo de Mandu Ladino, de Esperança Garcia, os vaqueiros e trabalhadores rurais de Campo Maior que tombaram mas não se dobraram aos canhões da coroa portuguesa, o negro motorista Gregório, assassinado pela sanha cruel de um delegado de polícia, que o arrastou do município de Barras até Teresina, os bravos Antonio de Pádua e Sítonio assassinados covardemente sob torturas na guerrilha do Araguaia. Esses são os heróis e heroínas que precisam ser resgatados e reverenciados pelo poder público.

É inaceitável que uma das principais avenidas da cidade, onde estão encravadas a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal seja denominada MARECHAL CASTELO BRANCO, o fascista que comandou o golpe militar de 1964. Também é inaceitável que um complexo educacional do município, situado no bairro São Cristóvão homenageia o General Garrastazu Médici, o mais sanguinário dos ditadores da história da república. O que haverão de aprender as crianças em uma creche que enaltece um assassino?

Vamos construir o memorial da resistência e da democracia, com os nomes, datas e histórico desses valentes, coisa que a gestão municipal negligência, jogando os nossos lutadores para a vala do esquecimento.

Os nomes dos logradouros, praças e monumentos, que contam muito da nossa história, não podem, nem devem perpetuar os nomes dos opressores que passaram a vida a massacrar nosso povo.

Nesse sentido, é proposta montar uma comissão para levantar os nomes dos logradouros apadrinhados por ditadores e golpistas para, mediante consulta popular, renomear cada um deles com os nomes de piauienses que resistiram ou foram perseguidos pela fúria do fascismo e do colonialismo.

### **Meio Ambiente**

A catástrofe recente que assolou o Rio Grande do Sul e vitimou pelo menos 107 mortos, 374 feridos, 136 pessoas desaparecidas e mais de 69 mil desalojados, despertou um alerta geral sobre a forma como os governantes têm lidado com o meio ambiente em nosso país. Esse crime que assolou nossos irmãos no sul do país (crime porque poderia ser evitado, mas, ao invés de prevenir, os governos vigentes preferiram entregar ainda mais o meio ambiente nas mãos dos latifundiários e o capital estrangeiro), também é um risco que assola nossa amada cidade Teresina.

Segundo pesquisas recentes, realizadas pela Nasa e o Centro de Eficiência em Sustentabilidade Urbana (CESU), da Universidade Federal do Piauí, e circulado pelos meios de comunicação local em 2023, Teresina tem aquecido 2 graus celsius mais rápido que o resto do mundo. E convenhamos, temos sentido essa diferença climática na pele todos os dias. Temos tido menos dias chuvosos e o B-R-O Bró tem durado mais tempo, além de que o período de chuva não tem sido no mesmo mês que o de conhecimento popular. A famosa chuva de janeiro já não é uma certeza mais.

Nossa cidade “regada” pelo concreto e asfalto por toda parte que eleva ainda mais a sensação térmica, tem adoecido principalmente os vendedores ambulantes e/ou feirantes que depende da renda de sua família trabalhar em locais pouco arborizado e por consequência mais atingidos pelos raios mais quentes do mundo (afinal, essa é a sensação térmica).

Vale ressaltar, que diferente como algumas pessoas querem nos convencer, o problema que o nosso meio ambiente sofre não é culpa “dos pobres”, não é consequência do banho demorado que a gente toma para se refrescar depois de um dia todo de labuta, nem mesmo da quantidade de descarga que demos em nossas casas, afinal, a realidade da maioria da população de teresina é conviver com a falta de água pelo menos uma vez na semana, principalmente quem mora nas periferias mais afastadas.

Os principais culpados hoje pelo problema que enfrentamos é a má gestão em relação aos transportes públicos que tem levado a um maior número de

circulação de automóveis particulares ou o novo fenômeno da uberização que por consequência polui mais o ar. Podemos falar também da especulação imobiliária que comete dois crimes cruciais contra o povo: 1- não dar função social de moradia e/ou trabalho para os milhares de prédios, casas e terrenos abandonados por toda a cidade 2- com a desculpa de que é preciso construir mais moradia, desmatam áreas antes florestada para construção de novos imóveis que o nosso povo, os que de fato constroem a cidade e sofre pela falta de transporte e pela variação climática, que constroem esse prédios luxuosos não vão morar.

Para a Unidade Popular, resolver a crise climática que nos assola hoje está diretamente ligado a mudar a lógica de como se enxerga e por quem governa a cidade hoje. Chega da nossa cidade servir para o interesse do capital e deixar de ser a nossa Cidade Verde amada.

Como vimos, só é possível defender o meio ambiente se discutirmos o direito à cidade de forma profunda e, junto com o povo pensar e agir de forma coletiva, por isso defendemos alguns pontos gerais abaixo:

- Política de replantio de árvores por toda a cidade, com a participação das escolas em projetos específicos e envolvimento de toda a população nas áreas gerais;
- Desmonopolização da política de tratamento dos resíduos sólidos, visando universalizar a coleta, com grande incentivo às associações de catadores existentes e incentivo à criação de novas;
- Valorizar as populações tradicionais de Teresina e suas demandas no centro do debate ambiental no município;
- Proteção da saúde coletiva e do meio ambiente contra os danos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e a contaminação de nossos rios;
- Garantia de 100% ao direito a saneamento básico;
- Contratação de frota de ônibus biosustentável;

### **Direito das Mulheres**

- Criação e ou ampliação dos Centros de Referência da Mulher e dos Centros Integrados de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência com garantia de investimentos permanentes;
- Promover campanhas educativas e garantir investimentos nas políticas de assistenciais contra a violência as mulheres;
- Campanhas permanentes de combate ao assédio moral, sexual. Garantindo amplo debate junto à sociedade sobre os direitos das mulheres;
- Garantir creches e escolas de educação infantil de tempo integral e ampliação do atendimento das creches para os horários noturnos;

- Criação e ou ampliação de maternidades e centros de partos humanizados;
- Expansão das delegacias especializadas no enfrentamento à violência contra a mulher, fortalecendo o protocolo de atenção integral;
- Ampliação da Patrulha Maria da Penha e criação do programa Maria da Penha vai à escola

### **À cidade também é dos LGBTQIA+**

- Valorização e Politização da Parada da Diversidade, enfatizando seu caráter de lutas por direitos para a comunidade LGBTQIA+;
- Concursos públicos com vagas reservadas para pessoas trans e travestis;
- Editais de cultura com vagas reservadas para pessoas trans e travestis;
- Criação ou ampliação de ambulatórios especializados para pessoas trans e travestis;
- Criação de Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) LGBT;
- Capacitação de todos os profissionais de saúde para o atendimento às pessoas LGBTs;
- Criação de casas de acolhimento específicas a comunidade LGBTQIA+;
- Programa que vise a formação profissional e a oportunidade da empregabilidade para LGBTs;